

REVISTA



Nº 4 - AGOSTO 2019

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



Juventude Negra na luta contra o genocídio

JUVENTUDE RURAL

Os grandes desafios
da educação do campo
no Brasil

ENTREVISTA **DANI MONTEIRO**

“Coloco no meu dia a
dia a busca pelo novo”

AGENDA DE LUTAS
AGOSTO DE 2019

As potências renovadas

Nesta edição da revista *Reconexão Periférias*, escolhemos tratar dos temas relacionados à educação e à juventude, e isto não poderia acontecer em momento mais oportuno. Em meio ao avanço das políticas de retrocesso de direitos, a educação se converteu no campo de batalhas mais conflagrado, por uma série de fatores. Entre eles, por estar na escola e nas universidades o principal instrumento de aquisição de capital simbólico para a mobilidade social. Sobretudo com as políticas de ampliação das vagas nas universidades públicas e particulares associada à política de acesso diferenciado para estudantes negros e oriundos de escola pública do ensino médio

Há que se celebrar os efeitos da inclusão social pela educação

– PROUNI e a chamada política de cotas.

Outro fator importante é o grupo estudantil dos níveis médio e universitário, historicamente muito ativo na defesa da educação e de direitos como um todo, sempre com boa capacidade de mobilização e de atualização de seus repertórios de luta. As ocupações das escolas públicas dos últimos anos é uma prova disso. Assim, se antes as mobilizações estudantis eram sabidamente de classe média, atualmente já não se pode mais dizer isso, e o movimento estudantil

está cada vez mais negro e mais periférico.

Uma nova geração de estudantes formada no final do que se chama de bônus geracional – um acúmulo de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, cuja proporção não mais se verá na história demográfica do país – se apresenta à cena pública da luta política com uma nova carga cultural, e faz os atores tradicionais da política se reposicionarem.

Entre os tantos desafios que nos impõem os dias que correm, há que se celebrar os efeitos da inclusão social pela educação, que além de prover a elevação do grau de instrução de negros e pobres, também fornece os recursos simbólicos e instrumentais para pôr em movimento a luta por emancipação. ■

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS, DANI MONTEIRO, EDJANE RODRIGUES, ELISEU BRAGA, LULA ROCHA, MÔNICA BUFON AUGUSTO, RAMON CHAVES ■ **EDITOR** ROGÉRIO CHAVES ■ **REVISÃO** CLAUDIA ANDREOTTI ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ **FOTO DA CAPA** PAULA FRÔES / GOVBA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** MÁRCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

Na luta contra o extermínio: uma experiência de mobilização e incidência política

LULA ROCHA

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL



LULA ROCHA É COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA (FONAJUNE) E DO FÓRUM ESTADUAL DE JUVENTUDE NEGRA DO ESPÍRITO SANTO (FEJUNES); PRESIDIU OS CONSELHOS ESTADUAIS DE JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS NO ESPÍRITO SANTO. ATUALMENTE É COORDENADOR DO CÍRCULO PALMARINO/ES E DA AFIRMAÇÃO REDE DE CURSINHOS POPULARES, ALÉM DE VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO ELIMU. É FORMADO EM DIREITO.

A luta pela vida sempre esteve na ordem do dia para o povo negro no Brasil. No processo de organização da juventude negra não poderia ser diferente. Reunido no I Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE) – ocorrido nos dias 27 a 29 de julho de 2007, em Lauro de Freitas/BA –, o segmento definiu como tarefa central o lançamento da Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude Negra. Ao Fórum Nacional de Juventude

Lançada em 2009 a Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude Negra realizou uma série de ações que buscavam mobilizar jovens negros e negras, bem como incidir junto ao poder público com vista à garantia de direitos e enfrentamento à violência

Negra (FONAJUNE), também criado no ENJUNE, coube liderar esse processo e definir as ações a serem executadas pela Campanha, cujo objetivo era “propiciar um diálogo, junto à sociedade, sobre os efeitos históricos do racismo na qualidade de vida da juventude negra brasileira e a negação dos direitos humanos a essa juventude, culminando muitas vezes na morte programada de milhares de jovens negros e negras” (FONAJUNE, 2009).

Na Campanha, foram realizadas ações locais por meio dos fóruns estaduais, regionais e nacionais. Dentre as locais, destacaram-se as realizadas no Espírito Santo, onde o Fórum Estadual produziu vídeos, cartilhas, manifestos e realizou seminários, atos públicos e a Marcha Estadual Contra o Extermínio da Juventude, que até hoje ocorre sempre no Dia da Consciência Negra, em novembro. No âmbito regional destacaram-se as mobilizações chamadas de “Dia D”. Elas ocorreram em estados das cinco regiões do país e mobilizaram jovens com diversas atividades – como debates, oficinas, marchas e festivais culturais –, sempre na perspectiva de buscar a visibilidade necessária ao tema e construir/cobrar saídas para enfrentá-lo. Já em nível nacional, a ação de destaque foi a criação do Fundo de Apoio para Pequenos Projetos às Organizações Juvenis Negras “Manuel Faustino dos Santos Lira”, que visava capilarizar a Campanha através do apoio financeiro às organizações juvenis negras para o desenvolvi-

mento de atividades em seus territórios. O nome do Fundo foi escolhido em homenagem ao jovem negro que foi um dos heróis da Revolta dos Búzios no século XVIII, executado aos 18 anos, em 08 de novembro de 1799, após condenação à morte por enforcamento.

Todas essas ações foram fundamentais para subsidiar o eixo de incidência política da Campanha. Naquele momento, o FONAJUNE já tinha conseguido eleger como prioridade da I Conferência Nacional de Juventude, promovida pelo governo federal, em 2008, a resolução para: “Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de

juventude as resoluções do I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) sobre os Direitos da Juventude Negra, priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes” (SNJ, 2008). Com isso, o processo de incidência buscava efetivar essa conquista arduamente alcançada e o Fórum passou a dialogar com instituições do poder público, sobretudo com as do governo federal, para cobrar o desenvolvimento de políticas que pudessem garantir direitos à juventude negra. Mais para frente, em 2013, e após um longo processo de construção, foi lançado o Plano Nacional Juventude Viva, que objetivava “reduzir e prevenir a violência contra a

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL





juventude negra, priorizando os territórios com os mais elevados índices de homicídios dessa parcela da população” (SEPPIR, 2013).

Mesmo com esse rico processo não foi possível curvar a linha da morte. Ela seguiu em ascensão nos gráficos das pesquisas sobre homicídios, ou seja, jovens negros e negras continuavam como alvos preferenciais das mortes violentas. Isso revela que os poucos avanços obtidos no âmbito da garantia de direitos não foram suficientes para tirar a

O Fórum passou a dialogar com instituições do poder público para cobrar o desenvolvimento de políticas que pudessem garantir direitos à juventude negra.

juventude negra da mira da bala.

Por isso, continua na ordem do dia a luta pela vida do povo negro neste país. Deste modo, qualquer projeto que vise transformar a sociedade brasileira precisa

necessariamente apontar saídas concretas para a desconstrução do racismo e para a afirmação de que não mais os corpos negros serão submetidos à violência estrutural que historicamente garante os lucros e privilégios de uma elite branca neste país. É preciso que as forças democráticas assumam este princípio em suas práticas cotidianas e em seus programas. Caso contrário, erros anteriores serão cometidos e as rupturas necessárias para a construção de um projeto de nação verdadeiramente democrático e popular não serão feitas. ■

A juventude rural enfrenta os grandes desafios da educação do campo no Brasil

MÔNICA BUFON AUGUSTO E EDJANE RODRIGUES

MÔNICA BUFON AUGUSTO

É SECRETÁRIA DE JOVENS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). AGRICULTORA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CASTELO (ES), PRODUTORA DE CAFÉ, SINDICALIZADA DESDE OS 18 ANOS.

EDJANE RODRIGUES

É SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). AGRICULTORA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO (AL) E ASSENTADA DO CRÉDITO FUNDIÁRIO. FOI SECRETÁRIA NACIONAL DE JUVENTUDE DA CUT ENTRE 2015 E 2018.

Somos oito milhões de jovens rurais no Brasil, de acordo com o último Censo do IBGE – e esse número pode ser ainda maior, pois há um número significativo de municípios que se declaram urbanos para garantir diversos tipos de verbas e financiamentos, mas possuem características rurais. Considerando os números oficiais, somos, portanto, quase 4% da população brasileira vivendo no campo, florestas e águas de nosso país. Somos cidadãos e cidadãs brasileiros(as) que têm direito à educação, conforme o que está determinado no Artigo 205

de nossa Constituição Federal.

Mas este dever do Estado não está sendo cumprido há muitas décadas. O campo, florestas e águas brasileiros são historicamente negligenciados em nome de um projeto político concentrador de renda e poder, no qual a educação pública nunca foi prioridade. A educação pública do campo ainda menos, sobretudo porque desde a década de 1960 se consolida o processo de urbanização do país, fortalecendo o argumento falacioso de que não há número de pessoas suficiente no meio rural para

justificar investimento em escolas, professores, cultura, esporte, lazer, tecnologia.

A cada ano, cerca de quatro mil escolas do campo são fechadas pelos governos municipais e estaduais, obrigando milhares de crianças e adolescentes a pegarem transportes escolares precários, em estradas de péssimo estado, para frequentarem as aulas nos municípios próximos, isso quando não precisam ir a pé ou de bicicleta, enfrentando sozinhos(as) dezenas de quilômetros. Esses(as) jovens, muitas vezes, são obrigados(as) a viajar por várias horas

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



todos os dias, o que afeta sua saúde e desempenho escolar.

Quando chegam na escola, precisam enfrentar ainda outro desafio. O conteúdo das escolas das sedes desses municípios, em sua maior parte, são voltados para temas urbanos, que em nada dialogam com a realidade que os(as) jovens da zona rural enfrentam. Trata-se de um desrespeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a qual afirma, em seu Artigo 28, que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III. adequação à natureza do trabalho na zona rural”.

Se os desafios já eram grandes, o golpe à democracia de 2016 e a eleição, em 2018, de um governo de ultradireita e autoproclamado neoliberal tornam a situação da educação brasileira ainda mais difícil, principalmente pelo efeito da Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos em educação por 20 anos, implementada pelo governo Temer e reafirmada pelo governo Bolsonaro. O governo Temer começou cortes de verbas de importantes políticas públicas que fortaleceram as populações rurais – como o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) –, assim como enfraqueceu os Institutos Federais e as Universidades Federais instituídas no interior do Brasil – iniciativas dos governos populares de Lula e Dilma. Nos primeiros seis meses do governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Educação não apresentou nenhuma proposta construtiva para o

tema, apenas mais desmontes e cortes de verbas.

Os movimentos sociais e sindicais iniciaram a luta pela educação do campo em 1998, tendo como lema: “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”, com raízes nos princípios da educação popular. A representação sindical da juventude rural continua organizada para resistir aos retrocessos e para lutar pelo direito à educação no campo, do campo, para o campo, pois sabe que este é um dos principais caminhos para uma vida digna, com desenvolvimento rural sustentável e solidário, para garantir a produção de alimentos saudáveis e preservação da cultura e meio ambiente para toda a sociedade brasileira.

Síntese: *A juventude rural enfrenta a negligência histórica na área da educação, sofrendo com o fechamento de escolas, transportes precários e conteúdos inadequados às suas realidades. O golpe à democracia e a eleição de um governo dito neoliberal aprofundam os prejuízos à educação dos(as) jovens do campo, florestas e águas do Brasil.* ■

A primavera secundarista em retrospectiva

SOFIA TOLEDO

SOFIA TOLEDO
É ESTAGIÁRIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS. PARTICIPA DA EQUIPE DA PESQUISA “CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL”. ESTUDA CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

No final de 2015, o governo estadual de São Paulo declarou que iria começar um processo de realocação de estudantes e de fechamento de mais de 90 escolas. Na época, eu, mulher negra com 18 anos no 3º ano do ensino médio, morava no Jd. Jaqueline, periferia da zona oeste de São Paulo, e saía de casa todos os dias duas horas antes do horário de início da aula para conseguir me deslocar até a Escola Estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, a tempo de assistir a aula. Pessoalmente, essa decisão do governo faria com que eu tivesse que voltar a estudar nas escolas do meu bairro, que se assemelhavam mais com uma cova onde descansavam as esperanças dos estudantes da periferia de um dia entrarem na faculdade. Perspectiva de continuidade dos estudos: zero.

Em pouco tempo se iniciaram as manifesta-

ções de rua, houve muita repressão, bombas de gás, prisão de estudantes, cassetetes descontrolados atingindo o corpo daqueles e daquelas que ousavam fazer frente ao governo Alckmin. A possibilidade de diálogo e renúncia dessa decisão parecia um doce sonho distante. Já não era mais suficiente tomar as ruas e seguir as formas tradicionalmente conhecidas dos protestos e manifestações, pois estas não estavam fazendo surgir o efeito desejado. Foi quando a cartilha “Como ocupar seu colégio?” de estudantes

secundaristas da Argentina e Chile, e o conhecimento sobre “A revolta dos pinguins” trouxe à luz outras possibilidades de ação.

O que se sucedeu foi denominado como “primavera secundarista”, com ocupações de escolas por todo o país, que logo passou a se tratar não só de uma oposição às decisões do governo, mas também aos desvios de verbas das merendas das escolas e pela necessidade de investimento nas estruturas, nos salários dos(as) professores(as) e

ANNIE CASTRO



de uma maior autonomia estudantil em relação às decisões que envolvem o sistema educacional como um todo. A organização interna nas ocupações seguia uma linha contra lideranças, se prezava muito pela horizontalidade, todas as decisões eram tomadas em assembleia, havia comissões (segurança, limpeza, mídia etc.) para que todos e todas pudessem contribuir igualmente durante todo processo. Além disso, a coragem dos secundaristas que constituíam a linha de frente durante os atos foi outra característica marcante, que acabou por contribuir significativamente para a diferenciação da forma de militância desses estudantes do ensino médio, que se assemelhavam a uma linha de atuação autonomista.

Após tentativas fracassadas de forçar os estudantes a desocuparem as escolas por meio de táticas como corte energia elétrica, água, gás, além das constantes ameaças de reintegração dos prédios pela Polícia Militar, a resistência do então governador acabou por ceder, assim como sua

Em retrospectiva, a primavera secundarista é o exemplo de uma luta que obteve sucesso

popularidade. Mesmo com a continuidade das ocupações por motivos que perpassavam a revogação das propostas que incitaram o movimento, Alckmin acabou por dar o braço a torcer e voltou atrás com suas propostas. Vitória do movimento secundarista.

Pouco tempo se passou desde o florescer da primavera secundarista e, como saldo, as ocupações acabaram sendo uma escola política de formação dos(as) jovens que dela participaram. É possível afirmar que grande parte destes e destas, no contexto pós-ocupações, continuou a ser influenciada por essa linha autonomista que caracterizou o movimento, se mantendo descrente em relação aos partidos políticos e apostando em outras formas de atuação mais horizontais. Mesmo as

pessoas que adentraram as universidades acabaram por se distanciar da forma de militância do movimento estudantil universitário que é muito vinculado à estrutura política partidária, mas mantiveram a sua atuação mantendo a linha autônoma de luta e não deixaram de se mobilizar.

No contexto atual, os desafios mudaram em parte. O homem que plantou a semente contra a qual desabrochou uma luta mobilizada e organizada dos estudantes de ensino médio, agora distribui conselhos de saúde e bem-estar ocasionalmente em programas da TV aberta. Mas os ataques à educação pública continuam, especialmente voltados às universidades e institutos. Em retrospectiva, a primavera secundarista é o exemplo de uma luta que obteve sucesso no que se propôs e deixa como inspiração a vontade latente de que mais primaveras, sejam elas secundaristas ou universitárias, venham a florescer ao longo desse caminho, por vezes espinhoso, da luta pela educação. ■

“Coloco no meu dia a dia a busca pelo novo”

PALAVRAS DE DANI MONTEIRO, DEPUTADA QUE LUTA CONTRA O FIM DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO

Inimigo confesso da educação, da cultura e da beleza, o bolsonarismo encontra na deputada Dani Monteiro (Psol-RJ) uma adversária que reúne todos os quesitos que o irritam. No momento, a principal luta do mandado dessa carioca nascida no Morro de São Carlos, Estácio, é barrar projeto de lei que simplesmente quer acabar com a política de cotas para negros e egressos da educação pública nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, a despeito dos bons resultados dessa política.

Do outro lado está o autor da proposta, o deputado que se tornou famoso ao quebrar placa que homenageava Marielle Franco e exibir a foto nas redes sociais. Um dos resultados do gesto dele foi fazer proliferar aos milhares placas como aquela que quebrou, exibidas com orgulho em pontos comerciais e em locais de encontro político e debate.



“Acredito que a esperança vem de forças externas a nós, vem das coletividades, dos que vieram antes de nós e dos que virão depois de nós”.

Dani conta um pouco desse momento da vida em entrevista. E conta sua receita para ficar com a cabeça boa nesses tempos ruins: “Acredito que a

esperança vem de forças externas a nós, vem das coletividades, dos que vieram antes de nós e dos que virão depois de nós. Nesse sentido, costumo investir uma parcela do meu tempo no autocuidado. Procuo reservar parte do meu tempo para atividades religiosas, sou do candomblé e lá aprendi a cultivar minha fé em forma de esperança por dias melhores. Coloco no meu dia a dia a busca pelo novo, sempre busco novos

artistas de *rap*, por exemplo, isso me inspira e me faz crer nas juventudes”. Ao final do dia, sempre que pode, recorre aos *video games* para relaxar. Acompanhe:

Na edição deste mês da *Revista Conexão Periferias*, nosso tema é juventude e educação. Por isso, queremos iniciar esta entrevista com a pergunta sobre a luta de seu mandato contra o projeto do governo estadual do Rio de extinguir as cotas raciais nas universidades públicas. Qual o estágio de tramitação desse projeto? E a correlação de forças para derrubar esse ataque?

O Projeto de Lei foi apresentado por um deputado estadual do PSL na casa, Rodrigo Amorim, o mesmo que ficou conhecido ao expor o vídeo em que quebrava a placa em homenagem a Marielle Franco, durante a campanha, em 2018. Não é uma simbologia apenas, o episódio diz muito. Já distribuído para cinco comissões, o projeto de lei (PL) ainda está tramitando na primeira delas, a

“Nosso PL busca garantir um mínimo de 20% para negros, pardos e indígenas nos conselhos consultivos e fiscalizadores do estado”.

de Constituição e Justiça, que dará um parecer. Ainda deve passar pelas demais comissões antes de seguir para a discussão em plenário e posterior votação.

É importante ressaltar que no ano passado a Lei Estadual de Cotas teve sua vigência renovada por mais 10 anos após uma série de audiências nas Comissões de Ciência e Tecnologia e Educação. Naquelas audiências, os órgãos responsáveis pela sua implantação apresentaram os resultados alcançados na última década, como em relatório construído pela Procuradoria Geral do Estado e suas avaliações bienais junto às universidades. No caso da pioneira Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ), por exemplo, cuja implementação completou 15 anos em 2019, a política afirmativa foi e é apontada por especialistas como um importante instrumento para reduzir a desigualdade social no Brasil. Esses resultados positivos se estendem a todas as demais instituições. Por isso, é constrangedor que novos legisladores não busquem ter acesso a estes dados e aos seus impactos positivos para justificar sua proposição, o que prova que mesmo após mais de uma década, a medida, em vez de ser apoiada e comemorada como um marco que é, segue sendo alvo de preconceito.

Nossa resposta não pode ser outra senão tentar barrar esse tipo de iniciativa. Para isso, indo ao encontro da Lei de Cotas Raciais no ensino superior, propusemos uma lei de ampliação das cotas. Nosso PL busca garantir um mínimo de 20% para negros, pardos e indígenas nos conselhos consultivos e fiscalizadores do estado, tão importantes para a nossa democracia.

Por fim, entendemos que nosso mandato e todos aqueles do campo democrático são um *front* de resistência essencial nesses tempos tão difíceis que estamos atravessando. Tanto que propusemos uma aliança com os movimentos, órgãos e entidades que, como nós, querem garantir avanços, não retrocessos. Realizamos, inclusive, através da Comissão Especial de Juventude – que presidimos –, junto com as comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos e Combate à Discriminação, uma audiência pública sobre o tema, de forma que as vozes dos cotistas e profissionais de educação sejam ouvidas também no parlamento.

Quando falo nós, estou me referindo ao fato de que o meu mandato é uma construção coletiva. E quanto mais vozes conseguirmos ouvir, melhor para a democracia.

A atuação das milícias no Rio de Janeiro é algo que se manifesta com cada vez mais desenvoltura.

“O Rio de Janeiro vive um cenário complexo de controle territorial em que diversas organizações criminosas atuam”.

Há informações, vindas de moradores, acadêmicos e até da imprensa, de que campanhas eleitorais, em áreas dominadas por milícias, só são autorizadas para candidatos alinhados a elas. Conte um pouco como você conseguiu se eleger a despeito desse domínio criminoso.

O Rio de Janeiro vive um cenário complexo de controle territorial em que diversas organizações criminosas atuam. E quem acaba sofrendo na pele com esta realidade é, principalmente, a juventude negra que, por sua vez, é acuada em periferias e favelas. O Atlas da Violência publicado este ano mostra que 75,5% das vítimas de homicídio no país são negras, a maior proporção da última década.

A realidade desse segmento da sociedade, que não é pequeno, é a nossa principal pauta. Como eu, que nasci e fui criada em uma favela, milhares de jovens negros têm sonhos e enfrenta batalhas diárias. Para nos mantermos vivos, precisamos ocupar a política. É a nossa trincheira. Não à toa, mas emblematicamente, nosso tema de campanha foi “Por Nós Mesmas”, porque entendemos que se somos os que mais sofrem com a violência que nos mata e intimida, temos de ocupar espaços que nos permitam decidir sobre o nosso próprio futuro.

Nossa campanha foi coletiva, com pessoas que se engajavam por acreditarem nas mesmas pautas. Mesmo limitados, encontramos meios, pessoal ou virtualmente, de dialogar com a juventude.

No ano que vem haverá eleição para prefeitos e prefeitas. No Rio, qual estratégia você julga necessária e possível para enfrentar esse enorme desafio, inclusive em virtude dessa quase onipotência das milícias? Desafio

importante porque terá reflexos nacionais.

As estratégias ainda estão sendo construídas, tanto no Psol, partido que construo, quanto em diálogo constante com outros partidos e movimentos sociais.

Pensar a disputa da cidade e o enfrentamento ao avanço do conservadorismo que, em grande medida, se alia com estas organizações criminosas é um grande e necessário desafio.

É no vácuo deixado pela ausência de políticas públicas e de combate à desigualdade que organizações criminosas como as milícias prosperam. Por isso é fundamental que seja construído um programa da esquerda junto aos movimentos sociais. Um programa que reafirme os direitos dos trabalhadores e de setores oprimidos da sociedade.

Você é representante de algumas das causas, bandeiras e experiências mais visadas pelos ultraconservadores que se aninham no governo federal e por

“De fato, em tempos de ódio e polarização como o que vivemos atualmente, defender o óbvio pode nos custar o que nos resta da saúde mental”.

aqueles que, entre a população, mantêm o apoio a essa agenda. Como você faz, no seu dia a dia, para manter o nível de esperança e disposição para prosseguir? Você tem alguma prática só sua – além daquelas ações de convivência coletiva tão necessárias – que te ajuda nessa difícil tarefa?

De fato, em tempos de ódio e polarização como o que vivemos atualmente, defender o óbvio pode nos custar o que nos resta da saúde mental. Acredito que a esperança vem de forças externas a nós, vem das coletividades, dos que vieram antes de nós e dos que virão depois de nós. Nesse sentido, costumo investir uma parcela do meu tempo no autocuidado de forma integral (físico, mental e psico-

lógico). Procuo reservar parte do meu tempo para atividades religiosas, sou do candomblé e lá aprendi a cultivar minha fé em forma de esperança por dias melhores. Coloco no meu dia a dia a busca pelo novo, sempre busco novos artistas de *rap*, por exemplo, isso me inspira e me faz crer nas juventudes. Se essa galera está nos corres por lá, eu vou tentar por aqui viabilizar também que mais mulheres negras e jovens tenham acesso a direitos e possam expressar seus desejos livremente.

Os debates – e embates – em plenário são exaustivos, mas o trabalho coletivo tanto me empolga como me comove e me empurra em direção ao que eu acredito, que é uma cidade e um estado mais vivos na solidariedade e na igualdade. E em casa, depois de dias difíceis e de tantas voltas em proposições legislativas, tem sempre um jogo de *video game* à minha espera, daqueles das antigas (risos).

Como encorajar alguém a se mobilizar, a cobrar seus direitos, quando o medo de ser morto é real, como



no caso das pessoas que moram e trabalham em áreas dominadas pelas milícias?

Obviamente, há muita desconfiança e descrença. Mas o que tentamos mostrar é que não estamos sozinhos. Nasci no Morro de São Carlos, no Estácio, onde vivi até os 12 anos de idade. E a minha experiência mostra que, apesar da pobreza e da precariedade, há também alegria e afetos compartilhados, há vizinhança cortês, há solidariedade. É preciso resguardar esses valores para enfrentar a dureza e a violência. Precisamos estar atentos a regras básicas

de civilidade e ao necessário importar-se com o outro. Em toda a minha trajetória, percebi que não importa o quanto o Estado seja militarizado, o quanto forte seja esse Estado de exceção constante, sempre existiu e ainda existe muita resistência nos territórios. Ela se reinventa, descobre outras formas e métodos e segue existindo.

Em sua opinião, qual o caminho, ou os caminhos, para vencer as milícias?

Os caminhos certamente não são fáceis e temos muito a refletir e a apren-

der como sociedade. Mas um grande exemplo a que sempre recorro quando penso em caminhos possíveis nessa direção veio da atuação do deputado Marcelo Freixo, que presidiu a CPI das Milícias, em 2008, cujo Relatório Final apresentou mais de 50 propostas. Ainda que a maioria delas nunca tenha saído do papel, houve, de certo modo, uma publicização do que são as milícias e do quanto elas são perigosas não apenas para as favelas, mas para toda a cidade, o estado, o país.

Uma das sugestões que vieram daquele Relatório previa a criação de uma

Câmara de Repressão ao Crime Organizado no Estado, composta por órgãos especializados como Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário, o que ainda acredito ser algo pelo que se deva lutar para enfrentar esse grave problema. Também a própria reflexão sobre o acesso a preços populares à televisão por assinatura, assim como a modificação no sistema de distribuição de gás, com cadastramento dos revendedores de botijões de gás e fiscalização dos locais de venda ao consumidor, além da criação de um sistema de identificação nos botijões são iniciativas que podem ajudar a “secar” a fonte econômica desses grupos criminosos.

São medidas, obviamente, que demandam a articulação do poder público em diversos níveis e, portanto, vontade política dos diferentes níveis de governo. No parlamento, cabe a nós mantermos a pressão constante para a efetivação dessas políticas.

A tomada de decisões quando se trabalha na ló-

“Não importa o quanto o Estado seja militarizado, o quão forte seja, sempre existiu e ainda existe muita resistência nos territórios”.

gica de mandato coletivo é mais difícil, mais lenta?

De forma alguma. Nossa experiência de mandato coletivo mostra justamente o oposto. Construir coletivamente, com autonomia e responsabilidade é construir um terreno fértil para o surgimento de novas ideias e também para que se tomem decisões mais maduras, mais pensadas. Para nós, a ideia de mandato coletivo se estende inclusive para além dos assessores. Por isso, temos trabalhado para ampliar a participação popular, seja através do recebimento de sugestões de proposições políticas *on-line* ou através da participação de voluntários e voluntárias, que nos ajudam em pesquisas além de reflexões. É uma turma que nos traz dados e nos

revela o que acontece em todos os cantos do estado. É uma mobilização entusiasta e também comprometida. Estarmos à frente da Comissão Especial de Juventude, um pleito nosso e inédito na Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ), também nos ajuda a fazer mapeamentos de realidades e a buscar alternativas para essa faixa etária mais especificamente.

Conte-nos um pouco sobre como é o tratamento recebido por você por parte dos deputados estaduais de outros partidos e concepções políticas.

Esses primeiros meses me mostraram que a Casa do Povo não está adaptada para receber o povo em sua diversidade. O parlamento ainda é um espaço majoritariamente branco e masculino. O rosto de uma mulher jovem e negra é habitualmente, por vício e por preconceito, associado a outros espaços e a outras funções. Com relação aos meus colegas deputados, nos tratamos bem quando se trata do cotidiano parlamentar, nossas discordâncias se restringem ao campo ideológico. ■

A face política da violência no Brasil

JULIANA BORGES E SOFIA TOLEDO

JULIANA BORGES É CONSULTORA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NO EIXO TEMÁTICO VIOLÊNCIA. ESTUDA SOCIOLOGIA E POLÍTICA NA FESPSP. COMO ESCRITORA, É AUTORA DE “ENCARCERAMENTO EM MASSA”, DA COLEÇÃO FEMINISMOS PLURAIS (SELO SUELI CARNEIRO/PÓLEN LIVROS).

SOFIA TOLEDO É ESTAGIÁRIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS. PARTICIPA DA EQUIPE DA PESQUISA “CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL”. ESTUDA CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

1. RAMOS, P. C.; SANTOS, J. L.; SILVA, U. V. *DOSSIÊ CHACINAS E POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL*. SÃO PAULO: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019.

2. IDEM, P. 13

O projeto Reconexão Periféricas, da Fundação Perseu Abramo, apresentou há pouco os primeiros dados da pesquisa “Chacinas e a politização das mortes no Brasil”, compreendendo o período de 2016 a 2018. O estudo está sendo desenvolvido por uma equipe de pesquisadores e consultores de notório saber na área de estudos da violência, e se apresenta em um importante momento no qual se discute a escalada da violência no Brasil legitimada em discurso explícito pelas autoridades máximas do país.

A pesquisa se desenvolve a partir da construção de um banco de dados sobre chacinas, extraído de notícias de veículos de comunicação. Isto decorre do fato de que há poucos estudos realizados até então sobre o tema, além de não haver uma ação tipificada juridicamente para os registros policiais, sendo expressa como “homicí-

O exercício do poder pelo medo intencional desmobilizar, desmotivar e paralisar.

dios múltiplos”, o que dificulta sua localização. Ainda, um dos objetivos da pesquisa é buscar compreender o fenômeno da violência a partir das chacinas e a politização da violência no Brasil, por ser uma ação de amplo impacto social.

Conforme Dossiê¹, homônimo à pesquisa, lançado ainda este ano, “chacina” é um tipo extremo de violência, executado de modo racionalizado e que tem uma origem que faz emergir sua intencionalidade: a palavra advém do abate de porcos. Ou seja, a palavra exprime tanto no simbólico e nos contornos de significado que ganhou quanto na realidade expressa, a ideia de massa-

cre, de carnificina. Ainda segundo o mesmo dossiê, chacinas podem, então, “ser interpretadas como mensagens públicas, com o intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio de violência letal”².

A filósofa Marilena Chaui afirma que a violência é um mito fundador da sociedade brasileira, ou seja, um fenômeno que encontra sempre novos formatos de expressão, de ideias, que se remodela incessantemente a ponto de até parecer ser outra coisa, mas que tem seu “DNA” cravado e indissolúvel. Sob esta perspectiva, é inegável perceber as chacinas como uma ação partícipe desta dinâmica da reprodução, e até mesmo produção, da violência no país. Uma ação executada cerimoniosamente e com intenções de publicização, com



um *claro* discurso e força narrativa, impondo uma mensagem pelo medo. Na pesquisa, este traço fica evidente ao constatar-se que apenas 7% dos casos estudados até aqui tiveram alguma repercussão. Muitos podem ser os motivos para este baixo percentual de reverberação, mas é inegável que, em um primeiro momento, a reação social é de entender a mensagem e buscar se proteger. O corpo, ao ser uma esfera de ressignificado, no qual também são marcadas as ideologias e os discursos, também é esfera do exercício do controle. No caso das chacinas, ao serem

exercidas sob imensa brutalidade e realizadas para, propositalmente, deixar vestígios, o corpo caído no chão espetacularizado é a própria mensagem que intenta o exercício do poder pelo medo.

Em estudo sobre os crimes de maio – como ficaram conhecidos uma série de assassinatos em São Paulo em maio de 2006 –, a socióloga Laura Gonçalves de Lima apresenta o “medo como contrapeso da liberdade”. Ou seja, o exercício do poder pelo medo intenciona desmobilizar, desmotivar e paralisar. O filósofo Byung-Chul

Han, ao escrever *Topologia da violência*, livro no qual discute as diversas concepções de violência e as transformações de seu entendimento no decurso histórico, diferenciará poder de violência, aproximando o primeiro do exercício da política e o segundo do completo esvaziamento do outro. Ou seja, para o filósofo, não há qualquer alteração na violência. Portanto, o poder que se exerce pela violência esvazia totalmente o outro, intentando sua completa destruição. A junção do medo com a ideia violenta de apagamento se evidencia na ação das chacinas tanto

quando analisamos esta ação a partir de disputas do mercado ilegal de drogas quanto ao analisar esta ação tendo como protagonistas grupos de extermínio formados por policiais – segundo dados da pesquisa, dos 242 casos noticiados entre 2016 e 2018: 84 tiveram como provável motivação disputas entre facções criminosas em relação ao mercado ilegal de drogas; e 51 casos possuíram participação de policiais.

Alguns dados levantados são importantes: entre 2016 e 2018 foram 1.175 vítimas de chacinas no Brasil. Os estados que lideram o ranking de vítimas são: São Paulo e Ceará, ambos com 137 vítimas. Contudo, as primeiras análises da pesquisa chamam a atenção para as diferentes dinâmicas em torno das chacinas nos estados. Ou seja, uma ação de múltiplas faces, tipos e territórios de execução. Os locais com maior incidência para a ocorrência de chacinas foram: vias públicas, em 94 casos; e residências, em 87 casos. O horário preferencial para a execução deste

tipo de ação é o período noturno. De encontro aos dados do perfil etário das vítimas de homicídio no Brasil, 84% dos vitimados em chacinas são homens jovens, entre 16 e 29 anos, sendo que em 94% dos casos houve uso de arma de fogo.

Por fim, mas não menos importante dada a insistência no mito da democracia racial pairando o ar brasileiro, a mídia, base dos nossos dados, não noticia o perfil racial das vítimas das chacinas, na maioria das vezes, confirmando os meios de comunicação como ferramentas eficazes para a sustentação de mecanismos de controle, opressão e extermínio. A filósofa Angela Davis já apontava em sua obra *Estarão as prisões obsoletas?*, primeiramente lançada em inglês em 2003, chegando ao Brasil em 2018, a centralidade dos meios de comunicação na sustentação da reprodução de mecanismos de controle e da máquina punitiva nas sociedades. Ao não considerar raça como um fator central para noticiar um ato violento tão extremo,

que ocorre preferencialmente em determinados territórios, com perfil tão marcante de suas vítimas e com *claras* mensagens sociopolíticas, a mídia acaba por aprofundar uma ideia absolutamente equivocada – e já desnudada por diversos estudos e pesquisas relevantes – de que viveríamos no país do “racismo cordial”. Deste modo, as consequências são de aumento da mortalidade da população negra, preferencialmente entre jovens homens e mulheres negras, da violência como instrumento cada vez crescente em discursos e ações e da violação de direitos.

As chacinas compõem um tipo de ação que, sem dúvida, nos dão diversos elementos para compreender em profundidade como se engendra a violência e o racismo na sociedade brasileira. E são estes elementos que queremos discutir com vocês em uma série de artigos que estarão presentes nas edições dos próximos meses da *Revista Reconexão Periferias*. Vamos ao debate! ■

Política, trabalho e cidade: a informalidade em perspectiva

BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS E RAMÓN CHAVES

Foi na garagem de um hotel desativado, no centro do Rio de Janeiro, que realizamos uma das entrevistas da pesquisa “Informalidades”, coordenada pela Fundação Perseu Abramo. O portão do local carrega os dizeres “o camelô é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”. No interior, desenhos e palavras de ordem em grafite se somavam a coloridos pedaços de chita na decoração dos muros. Ali funciona um depósito de equipamentos para trabalhadores ambulantes da redondeza.

Josiane, negra, 51 anos, nasceu na periferia do Rio de Janeiro, em Vila Kennedy, zona oeste da capital – uma localidade inicialmente formada por conjuntos habitacionais, cuja origem se relaciona à política de remoção de favelas praticada na cidade durante a década de 1960. Submetido posteriormente a processos de favelização, é neste bairro

UIRÁ LOURENÇO



que nossa interlocutora e seus sete irmãos cresceram, sob a criação rígida e cristã do pai, que provia o sustento familiar com o trabalho em um comércio próprio de frutas e verduras, anexo à residência. A mãe, dona de casa, se encarregava dos trabalhos de cuidado necessários à reprodução doméstica e do pequeno negócio. Em função de conflitos familiares, relacionados principalmente à moral religiosa do pai, Josiane é posta para fora de casa ainda no início da adolescência. Aos 14 anos, sem residência fixa, Josi –

como a chamam os mais próximos – abandona a escola e se torna empregada doméstica. O episódio marca a sua entrada no mundo do trabalho, arena na qual construirá uma trajetória marcada pelo entrecruzamento entre o informal e o ilícito.

Aos 17 anos, quando trabalhava como vendedora ambulante na região central da cidade, Josiane engravida de seu primeiro filho, fruto de um relacionamento casual com outro trabalhador informal. Bernardo, seu filho recém-nascido, passa os primeiros anos

BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS É ADVOGADA E ASSESSORA SINDICAL, MESTRANDA EM DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO NA UERJ
RAMÓN CHAVES É SOCIOLOGO, MESTRANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRRJ

de vida sob o cuidado da avó materna, enquanto a mãe trabalha longas horas vendendo milho em uma barraca alugada para construir a laje no terreno da família. Poucos anos depois, Josiane se apaixona pelo homem com quem terá a segunda filha e “formará família”. Contrariando visões mais simplistas, Josi entra para o “mundo do crime” por meio do matrimônio: “aí minha vida puxou outro rumo, aí ele já não era mais trabalhador, aí eu já ajudava ele, e assim foi indo, assim foi indo”. O marido era um traficante de drogas que atuava no centro da cidade, em ocupações e prédios populares. Com o trabalho na “vida torta”, ele sustentará a família por aproximadamente vinte anos, sob um cotidiano de violência doméstica, especialmente contra Josiane, e de uma educação inflexível com os filhos, a quem jamais foi permitido seguir os passos dos pais. Josi diz que não possui muitas memórias desse período, mas reclama das marcas das coronhadas que recebeu diversas vezes na

“O camelô é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo.”

cabeça. Após duas décadas vivendo neste contexto, ela é presa, e ele, assassinado.

Novamente em liberdade, Josi reconfigura a vida com apoio da mãe, dos irmãos e de sua própria automobilização para o trabalho, voltando à condição de camelô, mas agora em outra “rua”, em outra “cidade”: o Rio de Janeiro marcado pelas obras de infraestrutura para os megaeventos internacionais entre 2012 e 2016. Depois de um período mais desbravador, em que vendia “qualquer coisa para fazer dinheiro”, Josi passa a trabalhar exclusivamente como vendedora de cerveja e de outras bebidas em festas e eventos que acontecem ao ar livre. Com a renda que obtém, ela constrói sua casa no terreno da mãe, onde sua filha passa a viver com seu neto. A retomada da vida como ambulante lhe permitiu também adquirir parte

dos instrumentos necessários para o trabalho. Hoje, Josi possui dois triciclos, uma prancha e vários isopores que utiliza para a venda de bebidas. A condição atual de camelô possibilita que Josi more em um imóvel pequeno na região central do Rio de Janeiro, em uma configuração distinta da que esteve habituada desde que saiu da casa dos pais. Entretanto, em que pesem as “mobilidades laterais”, a dificuldade para manter o aluguel em dia, narrada por Josiane, revela uma das características mais sensíveis da instabilidade do trabalho por conta própria. Os relatos sobre jornadas que atravessam madrugadas sem ter acesso a banheiros e a um local para refeição também ilustram as condições precárias em que a atividade de ambulante transcorre – muitas vezes em espaços contíguos às principais instituições dos poderes republicanos e aos mais tecnológicos nichos do mercado de trabalho.

Por obra do acaso – e o acaso também produz



desdobramentos socio-lógicos (diria H. Becker) – Josi entra em contato com dinâmicas políticas até então estranhas à sua vida. Em um dia de trabalho, próximo ao fim da jornada, Josi viu pessoas que conhecia de eventos anteriores caminhando em direção à Cinelândia, uma praça muito movimentada no centro do Rio de Janeiro. Suspeitando que houvesse algum evento, ela e uma amiga que a acompanhava ficaram “de olho” e, quando chegaram ao local, encontraram “aquela festa maravilhosa, primeiro dia da ocupação Ocupa Minc”, a ocupação do Ministério da Cultura¹. Dias depois, Josi foi aceita para trabalhar como camelô na

“Gente que vinha e conversava, dava aula e falava, mostrava ‘as coisa’, filme que passava”

ocupação, lá permanecendo até o seu desfecho – segundo ela, graças a sua preocupação em deixar o espaço limpo após o expediente e em função da amizade que mantém com outros camelôs.

Josi atribui o seu recente engajamento político à efervescência daquele ambiente: “gente que vinha e conversava, dava aula e falava, mostrava ‘as coisa’, filme que passava”. Ela começa vendendo cerveja dentro da ocupação e, mais tarde, passa a vender

caldos e outros alimentos. Uma ocupação leva a outra: em breve ela venderia na ocupação do Canecão² e, em seguida, em grandes manifestações populares. Por meio desse contato, toma conhecimento de processos e conflitos sociais que a levam a pensar sobre a política institucional do país e, a partir daí, a enquadrar politicamente o seu cotidiano e as dinâmicas em torno de seu trabalho. Ingressa no Movimento Unido dos Camelôs (Muca), que “mexe na causa ‘dos camelô’”: procura organizar e defender os vendedores ambulantes da violência e arbitrariedade da Guarda Municipal fazendo protestos e também dialogando com setores da política tradicional, dos poderes instituídos e das organizações tradicionais dos trabalhadores.

Com o refluxo dos megaeventos, Josi passa, ela própria, a organizar festas de camelôs, com o objetivo de criar demanda de trabalho para os ambulantes e momentos de festa e de lazer, dando outros contornos aos sentidos da luta política, à ideia de

1. CHAMADO DE “OCUPAMINC”, ESTA FOI UMA OCUPAÇÃO INICIADA EM 2016 NO PRÉDIO DO ANTIGO MINISTÉRIO DA CULTURA NO RIO DE JANEIRO, CONTRA A DECISÃO DO ENTÃO PRESIDENTE MICHEL TEMER DE EXTINGUIR O MINISTÉRIO DA CULTURA. OCUPAÇÕES SEMELHANTES SE ESPALHARAM PELO PAÍS E SE TORNARAM UM DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO GOVERNO INTERINO DE MICHEL TEMER.

2. QUANDO UMA DECISÃO JUDICIAL DETERMINOU A DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO OCUPAMINC, OS OCUPANTES SE MUDARAM PARA O PRÉDIO DO CANECÃO, UMA IMPORTANTE CASA DE SHOWS DO RIO DE JANEIRO, HOJE DESATIVADA.



mutirão e à conformação de coletividade. Como um dos pontos focais de uma complexa rede de proteção social, Josi cumpre um papel importante junto a vários outros camelôs, atualizando o sentido de liderança popular por meio de ações que passam pela solidariedade na guarda dos materiais de trabalho, pelos agenciamentos junto aos fiscais da prefeitura, pelo compartilhamento dos sentidos de injustiça e por muitos outros aspectos.

Ao lado das trajetórias de outros tantos trabalhadores, largamente descritas e analisadas nas últimas décadas por diversos pesquisadores, a vida de Josiane joga luz sobre as profundas e inéditas relações

Quando observada de perto, com a lupa do cotidiano, a vida do trabalhador está amalgamada a diversas outras dimensões da experiência social.

entre política, trabalho e cidade no Brasil contemporâneo, em uma miríade de arranjos que desafiam as concepções estanques sobre o centro e a periferia, o formal e o informal, o legal e o ilegal, e que também colocam em evidência a maleabilidade e o rendimento da ação política e dos instrumentos de luta das camadas populares.

Com efeito, a implosão do trabalho regulamen-

tado, como realidade e como ambição, transformou os sentidos do trabalho e seus efeitos estruturantes na vida social. Em um momento histórico caracterizado pelo declínio do padrão universalista de regulação dos conflitos sociais, é ainda mais importante reconhecer que quando observada de perto, com a lupa do cotidiano, a vida do trabalhador está amalgamada a diversas outras dimensões da experiência social. Nesse sentido, nos parece que as possibilidades interpretativas em torno do trabalho remetem à capacidade de fisgar os nexos que conectam estes aspectos e conformam as tramas sociais nas “periferias” do capitalismo financeirizado. Tendo isso em mente, nos parece razoável supor que a “reconexão com a periferia”, ou entre as “periferias”, passa necessariamente por elevar o nível de abstração, configurando a partir de vidas individuais um novo mosaico da classe trabalhadora, e por dar consequência política-organizativa a estes achados analíticos. ■

a cidade não tem rima
mas tem muro
tem promessa de progresso
mas nenhuma de futuro
a cidade é perna aberta pra quem chega de outros mundos
a cidade obedece a moda da roda dos imundos
que só faz ela apodrecer
esconde o que de mais bonito tem
potencia no agronegócio arrebatando com a terra
e com quem nela se mantém
cidade empresarial,
corta as árvores nativas, planta palmeira imperial
expulsa os indígenas, trata o pobre como marginal
até ai tudo bem, nada de novo no fronte
a situação aqui é exemplo pra Belo Monte
região norte, periferia do Brasil
a Amazônia do teu cartão postal já se destruiu
felizmente por aqui ainda existem guerreiros e guerreiras que lutam
e são tantos quantos os dançarinos de boi bumbá
balas lhes perseguem na floresta mas só viram pauta na imprensa popular
foi por isso que fiz essa toada pra poder na base da palavra
a força desses guerreiros evocar
e grita Corumbiara a resistência e a luta
guerra contra os latifundiários
notícia que os grandes meios de comunicação e o cacique do PMDB oculta
porque assim como um Marighela
uma professora do movimento camponês lutou
e assim como Chico Mendes uma bala em seu peito estourou
e grita as comunidades na beira do Rio Madeira
que mantiveram sua fé e a tradição da cultura Beradeira
ficaram em suas casas quando veio a grande alagação
os outros prejuízos trazidos pela destruição
da irresponsabilidade de projetos que produzem lucro pra outra região
a cidade segue explorada, colonizada, anestesiada
mas sonha, sonha, sonha com seus filhos que virão
não aqueles que buscam dela a riqueza
mas aqueles que por ela lutarão.

ELIZEU BRAGA NASCEU EM TACOÃ, NA BEIRA DO RIO MADEIRA, RIO QUE PASSA PELA CIDADE DE PORTO VELHO, CAPITAL DE RONDÔNIA, ONDE ELIZEU É ESCUTADOR DE HISTÓRIAS, POETA, ATOR DA BERADERA COMPANHIA DE TEATRO E AGITADOR CULTURAL DA CASA ARIGÓÇA, LUGAR ONDE ACONTECEM SARAUS, OFICINAS, LIVROS, HISTÓRIAS E TROCAS DE UTOPIAS. EM 2015 PUBLICOU O LIVRO DE POEMAS *CANTIGAS*; EM 2016, O LIVRO DE POEMAS *MORMAÇO*.

■ **Norte**

Acre

Café Filosófico

**Em homenagem ao Dia do Filósofo,
16 de Agosto**

Data: 16/08

Horário: 16h às 18h

Local: R. Rio Grande do Sul, 182, Centro,
Rio Branco

SESC Acre

Exposição Rios Invisíveis

Data: 15 a 26/08

Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h

Local: Salão de exposição do SESC
Centro
Rio Branco

Amapá

Batalha do Milharal

Data: toda sexta-feira

Horário: 18h

Local: Praça da UPC - Bairro Brasil Novo

Movimento BN

Data: toda quarta-feira

Local: BR 156, embaixo da passarela em
frente ao Brasil Novo

Batalha da UNIFAP

Data: toda quarta-feira

Local: Universidade federal do Amapá

Batalha do Congós

Data: todo sábado

Local: Pracinha da primeira avenida do
bairro Congos

Batalha do teatro

Data: toda sexta-feira

Local: Praça Floriano Peixoto

Batalha de Rua

Data: toda quinta-feira

Local: em frente ao superfácil do novo
Buritizal

Batalha do Marabaixo

Data: todo sábado

Local: pracinha do Marabaixo 3

Amazonas

63º Festival Folclórico do Amazonas

Data: 09 a 20/08

Horário: 19h

Local: Anfiteatro Ponta Negra
Ponta Negra
Manaus

Pará

**Projeto Ecobiblioteca Comunitária
- Oficina Sobre Ervas e Plantas
Medicinais**

Data: 24/08

Horário: 13h às 17h

Local: Biblioteca Tralhoto Leitor
Tralhoto Leitor Mestre Apolo Sargento
Bastos, 143
Ilha de Caratateua
Belém

**Visita ao Museu Zoológico
Emílio Goeldi para Identificação e
Reconhecimento de Plantas e Ervas
Medicinais**

Data: 31/08

Horário: 9h às 15h
Local: Biblioteca Tralhoto Leitor
Tralhoto Leitor Mestre Apolo Sargento
Bastos, 143
Ilha de Caratateua
Belém

II Oficina Sobre Identificação e Catalogação de Obras por Cores - ministrada pela Rede Amazônia de Bibliotecas

Data: 21/09
Horário: 10h às 16h
Local: Biblioteca Tralhoto Leitor
Tralhoto Leitor Mestre Apolo Sargento
Bastos, 143
Ilha de Caratateua
Belém

Cine Debate do Coletivo Sapato Preto - "RAFIKI" - Em Alusão ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Data: 29/08
Horário: 18h
Local: CENTUR – Av. Gentil Bitencourt, 650
Batista Campos
Belém

Rondônia

Um Dia Conectado: Juventude, Cultura e Periferia - Rodas de Conversa, Oficinas e Apresentações

Data: 17/08
Horário: 9h às 23h
Local: Praça do Bairro Ronaldo Aragão
Porto Velho

Roraima

Teatro de rua "Retratos de uma Vida"

Data: 08/09
Horário: 19h30 às 20h30
Local: Praça das Águas
Av. Cap. Ene Garcez - Centro
Boa Vista

Tocantins

Agulhas Cenas - Tumbeiros

Data: 17 e 18/08
Horário: 19h às 20h15
Local: Teatro SESC Palmas TO
Obs: 20 reais (inteira) e 10 reais (meia)

■ Nordeste

Alagoas

Batucada Feminista

Marcha Mundial das Mulheres

Alagoas

Data: 08/09
Horário: 18h
Local: ICHCA, Universidade Federal de Alagoas - Campus A.C. Simões
(durante o Encontro de História da UFAL)

Bahia

Roda de Capoeira

Data: 18/08
Horário: 9h30
Local: Praça de São Tomé de Paripe
Salvador

1ª Caminhada Tembwa Ngeemba - Tempo de Paz - Povos de Terreiro contra o Racismo, a Intolerância Religiosa e em favor da Preservação Ambiental e Territorial

Data: 24/08
Horário: 9h
Local: Terreiro São Jorge Filho da Goméia
R. Queira Deus, 78 - Portão
Lauro de Freitas

Ensaio Banda Meninos da Rocinha

Data: 16, 23 e 30/08
Horário: 17h
Local: Pelourinho - saída da R. Gregório de Matos
Salvador

AGENDA DE AGOSTO DE 2019

Projeto Culturas do Globo - Curso introdutório da língua inglesa - curso livre

Data: 20/08
Horário: 19h30 às 21h30
Local: Biblioteca Pública Municipal - Praça Poliesportiva, s/n, Bairro Oliveira Capim Grosso

Projeto Culturas do Globo - Curso introdutório da língua inglesa - curso livre

Data: 20/09
Horário: 9 às 12h (Zona Rural); 14 às 17h (CRAS); 19:30 às 21:30 (Rede de Educação Básica)
Local: Nova Fátima

Projeto Mais Renda - Curso básico de auxiliar administrativo - curso livre

Data: 20/08
Horário: 19h30 às 21h30
Local: Biblioteca Pública Municipal - Praça Poliesportiva, s/n, Bairro Oliveira Capim Grosso

Associação Comunitária de Desenvolvimento do Candeal II - ACDC e Associação Cultural João Miúdo (ACJM) - V Semana da Igualdade Racial do Candeal: novos tempos, antigos problemas, nossas lutas - Direito à terra Quilombola

Data: 28/8 a 01/09
Horário: 14h às 21h
Local: Praça Nossa Senhora Aparecida, povoado de Candeal II, s/n Bairro Distrito de Matinha Feira de Santana

Ceará

Bacurau Pré-Estrela com debate em Fortaleza

A sessão será seguida de um debate com a presença dos diretores, do

Secretário da Cultura do Estado do Ceará, Fabiano dos Santos, e de parte do elenco do filme

Data: 27/08
Horário: 19h às 22h
Local: Cineteatro São Luiz Fortaleza R. Major Facundo, 500 Fortaleza

Obs: ingressos 10 reais (inteira); 5 reais (meia) - link de compra na página do evento no facebook

Maranhão

XXIV Feijoada do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán

Data: 18/08
Horário: 12h
Local: Girassol Eventos R. Bahia, 1018 - Laranjeiras São Luís

Paraíba

Formatura da 16ª Turma do Curso de Formação de Juristas Populares

Data: 30/08
Horário: 18h
Local: Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado da Paraíba (SINTTEL-PB) R. Rodrigues de Aquino, 290 - Centro João Pessoa

Pernambuco

Coletivo Mulher Vida - Formação teórico-vivencial sobre violência doméstica, sexual e sexista e sua desconstrução

Data: 23/08
Horário: 16h
Local: Sede do Coletivo Mulher Vida - Av. Ministro Marcos Freire, 4263 Casa Caiada Olinda

Obs: Link para inscrições no Instagram: @coletivomulhervida

Piauí

X Mostra de Teatro Arte ao Alcance de Todos

Data: 22 a 25/08

Horário: a partir das 18h do dia 22.

Local: Cidade Jardim

Teresina

Local: Museu Vivo da Memória

Candanga

Via Epia Sul, SPMS, Lote D

Núcleo Bandeirante

Mais informações em:

<www.mpdf.mp.br/eventos>

Rio Grande do Norte

Batalha do Passinho

Data: 17/08

Horário: 14h às 20h

Local: Praça Santa Catarina

Av. Florianópolis

Natal

Cine Tijolada para a população em situação de rua

Data: 28/08

Horário: 18h

Local: Setor Comercial Sul, vizinho do

Caps/ADIII na entrada da Crucilândia

Central

II Sábado Literário do Museu Café Filho

Data: 17/08

Horário: 16h às 18h30

Local: Museu Café Filho

R. da Conceição

Natal

Goiás

Feira Das Minas - 11ª Edição

Data: 18/08

Horário: 16h às 21h

Local: Centro Cultural Martim Cererê

R. 94 A Q 18

Goiânia

Sergipe

Agosto Negro - A Espiritualidade Afrikana como Base da Revolução

Data: 24/08

Horário: 14h

Local: Sede do Grupo Abaô Capoeira

Angola

R. Reis Lima, 193 - Bairro Industrial

Aracaju

Mato Grosso

Café Filosófico: 'Arquitetura Sagrada: A busca pelo eterno'

Data: 14/08

Horário: 14h às 17h30

Local: Museu de Arte Sacra de Mato

Grosso

Cuiabá

Obs: Inscrição no link disponível na página do evento no facebook

■ Centro-Oeste

Distrito Federal

Workshop o Trabalho em Rede: Um desafio no enfrentamento à violência contra as mulheres

Data: 29/08

Horário: 9h às 12h

Mato Grosso do Sul

1º Street Culture - 2 Anos de Slam Campão / Rap ao Vivo

Data: 17/08

Horário: 19h

Local: Kafofo - Av. Euler de Azevedo, 370

São Francisco

Campo Grande

Entrada simbólica: 2 reais por pessoa

■ **Sudeste**

Espírito Santo

Grupo de teatro Arte e Oficina - A Barca do Inferno - Peça teatral

Data: 31/08

Horário: 19h

Local: Grupo de Teatro Arte Oficina
Av. Dante Michelini, 501 (térreo)
Vitória

Minas Gerais

1ª Mostra MANA

Data: 18/08

Horário: 15h às 20h

Local: Casa de Referência da Mulher
Tina Martins
R. Paraíba, 641 - Funcionários
Belo Horizonte

O Levante! Festival Internacional de Mulheres em Cena

Data: 9/08 a 15/08

Horário: 8h às 23h

Belo Horizonte

2º Slam Clube da Luta de 2019

Data: 29/08

Horário: 19h30 às 22h30

Local: Teatro Esperança
R. Aarão Reis, 542
Belo Horizonte

Rio de Janeiro

Tradições Afrobrasileiras - Oficinas e Feira de Expositores

Contaçõ de Histórias Dr. Griot com Nara Barcellos e Oficina de Turbantes Afro com a Prof. de História Kiev Medeiros e a Turbanteira Lucimar Dias da Silva

Data: 24/08

Horário: 10h às 18h

Local: Espaço Terra Mater
R. Barão de Guaratiba, 29, 22211-150
Rio de Janeiro

Obs: Oficinas: 35 reais (Contaçõ de História Dr. Griot); 20 reais (Oficina de Turbantes Afro);
40 reais (pacote com as duas oficinas)
Pagamento: no local
Inscriçõ: Deixe seu nome no mural da página do evento no facebook

São Paulo

Sarau Nina Leõncio - Em Memória

Data: 24/08

Horário: 19h

Local: R. Moé, 438, Penha
São Paulo

Sarau do Vale - Edição especial na Casa de Cultura São Mateus

(Atraçõs The monkeys THC & Mastho Nazoteles, Poetas Convidados, Luiz Poeta, Midria Silva, Ricardo Salada e Oficina de Turbantes com EllaDany)

Data: 29/09

Horário: 14h

Local: Casa de Cultura São Mateus
R. Monte Mandirá, 40
São Paulo

■ **Sul**

Paraná

Slam das Guriás

Data: 17/08

Horário: 18h às 23h

Local: R. Trajano Reis, 147 - São Francisco, Curitiba

Rio Grande do Sul

Oficina de Dança de Matriz Africana – Cia. de Dança Afro Daniel Amaro

Data: 23 e 24/08

Horário: às 18h30 no dia 23; às 10h30 no dia 24

Local: Sociedade Floresta Montenegrina
R. Flores da Cunha, 287
Montenegro

**1º. Encontro Idena: O
Empoderamento da Mulher Negra
Através dos Movimentos Sociais**

Dia 14/09

Das 8h30 às 17h

Local: Associação Négo Futebol Clube
R. Engenheiro Henrique Vilanova, 1520,
Cidade Alta
Venâncio Aires

**Oficina A lembrança de si e
o encontro ancestral com Mestre
Paco Gomes - Método Griotlab:
dança, ciência, ancestralidade**

Data: 19/08

Horário: 18h às 21h

Local: Casa de Cultura Mário Quintana
Porto Alegre

*Obs: inscrições pelo e-mail
ciadanielamaro@gmail.com*

Santa Catarina

Parada do Orgulho LGBTI+ de
Floripa 2019

Data: 08/09

Horário: 11h às 21h

Local: Av. Beira Mar Continental
Florianópolis

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	link
Edital de Culturas Populares - <i>Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Cultura</i>	Reconhecer e premiar iniciativas já realizadas propostas por Mestres(as) e pessoas jurídicas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural que envolvam as expressões das culturas populares.	16/08/2019	http://cultura.gov.br/documentos/edital-de-culturas-populares/
Prêmio Palhaço Cascudo de Incentivo às Artes Circenses – 2019 - <i>Secretaria de Cultura do Pernambuco</i>	Premiar, reconhecer e valorizar as práticas artísticas, expressões e preservação da memória circense.	31/10/2019	http://www.cultura.pe.gov.br/editais/
Edital “Agitando os pensamentos” - <i>Fundo SAAP</i>	Apoiar grupos, coletivos e organizações com temáticas territoriais de enfrentamento à violação de direitos e outras violências enfrentadas por moradores de favelas e periferias do país.	19/08/2019	https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/fundo-saap-lanca-novo-edital-agitando-os-pensamentos/
8º Edital Biodiversidade do Paraná - <i>Grupo Boticário e Araucária</i>	Destinado a pesquisadores e trabalhos com propostas de conservação da natureza do estado do Paraná.	31/08/2019	http://www.fundacao-grupoboticario.org.br/pt/noticias/pages/edital-apoia-projetos-ambientais-e-de-inovacao-no-parana.aspx
Edital do Fundo Estadual de Cultura - <i>Fundação Elias Mansour e Fundo Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura</i>	Seleção de projetos nas áreas de artes, patrimônio cultural e humanidades, que contribuam para o desenvolvimento artístico-cultural dos vinte e dois municípios do Acre.	19/08/2019	https://www.agencia.ac.gov.br/fundacao-elias-mansour-lanca-edital-de-incentivo-a-cultura/
Edital Zona Cultural Praça da Estação - <i>Secretaria Municipal de Cultura</i>	Seleção de projetos culturais com previsão de realização em 2020 no Território da Zona Cultural Praça da Estação	19/08/2019	https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/zona-cultural-edital

Edital de Incentivo ao Desenvolvimento da Economia Criativa no Estado de São Paulo - <i>ProAC</i>	Visa apoiar projetos com foco na economia criativa e território dentro do Estado de São Paulo	19/08/2019	http://www.proac.sp.gov.br/editais_resultados/edital-proac-no-152019-incentivo-ao-desenvolvimento-da-economia-criativa/
Edital de Incentivo ao Desenvolvimento da Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e Plural - <i>ProAC</i>	Objetiva apoiar projetos que visem a promoção, valorização e/ou fortalecimento da identidade, da imagem, da história, da tradição e/ou das expressões dos diversos grupos e manifestações culturais da cultura popular, tradicional, urbana, negra, indígena e/ou plural	16/08/2019	http://www.proac.sp.gov.br/editais_resultados/edital-proac-no-142019-incentivo-ao-desenvolvimento-da-cultura-popular-tradicional-urbana-negra-indigena-e-plural/
Programa de fomento à Cultura - <i>Fundação Rio das Ostras de Cultura</i>	Apoiar produções, apresentações e formações culturais e artísticas no município de Rio das Ostras	14/08/2019	https://www.riodasostras.rj.gov.br/editaisdacultura/
Chamada Pública para Seleção, Premiação e Disseminação de Boas Práticas - <i>Conselho Nacional de Justiça</i>	Edital que visa ações relacionadas à promoção de direitos e à atenção à Primeira Infância	06/09/2019	http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoies/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/selecao-e-disseminacao-de-boas-praticas
Território SESI SP de Arte e Cultura - <i>SESI</i>	Edital a respeito da programação do SESI em 2020 nas áreas de Artes Cênicas, Música e Literatura	16/08/2019	https://www.sesisp.org.br/cultura/editais
Literatura, Narrações de História, Oficinas e <i>Workshops</i> Literários	Visa projetos que promovem interação dos contadores de história com o público, contemplando elementos da cultura popular e o despertar do interesse pela leitura.	12/05/2020	https://www.sesisp.org.br/cultura/editais
Fundo de Ação Urgente (Urgente Action Fund) – Por los Derechos de las Mujeres	Fundo feminista para a América Latina e Caribe que procura fortalecer as ativistas e seus movimentos sociais	Contínuo	https://fondoaccionurgente.org.co/
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Fundo que visa a justiça, governos democráticos e direitos humanos na América Latina e no mundo.	Contínuo	https://www.opensocietyfoundations.org/